

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

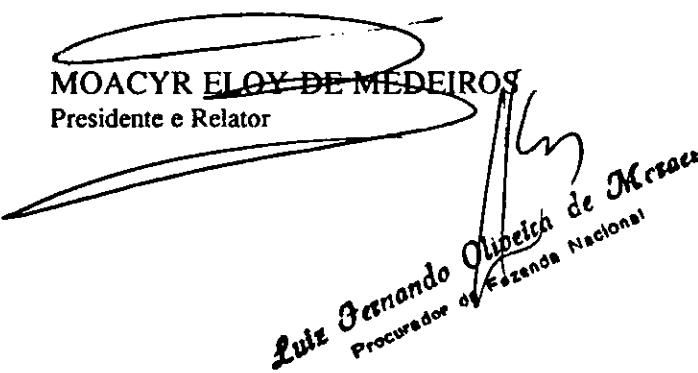
PROCESSO N° : 10715-005476/93.99
SESSÃO DE : 26 de abril de 1996
ACÓRDÃO N° : 301-28.049
RECURSO N° : 116.946
RECORRENTE : PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS.
RECORRIDA : ALF/AIRJ/RJ.

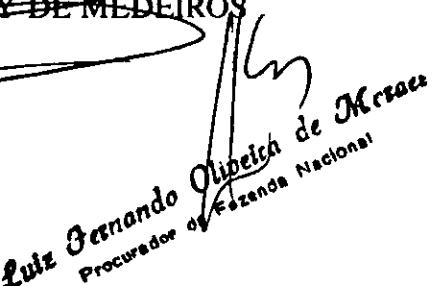
Não configura importação ao desamparo de guia, punível com a multa cominada no art. 526, inciso II, do RA., a apresentação fora do prazo de GI, emitida após o desembarço, ao amparo do art. 2º da Portaria DECEX nº 08/91, com a redação dada pelo art. 1º da Portaria DECEX nº 15/91.
Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos , em dar provimento ao recurso, vencidos os cons. João Baptista Moreira, Leda Ruiz Damasceno e Isalberto Zavão Lima, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 26 de abril de 1996


MOACYR ELOY DE MEDEIROS
Presidente e Relator


Luiz Fernando Oldeich de Moraes
Procurador da Fazenda Nacional

VISTA EM 17 MAI 1996

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros : MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ, FAUSTO DE FREITAS E CASTRO NETO e LUIZ FELIPE GALVÃO CALHEIROS. Ausente a Conselheira: MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO. O advogado Dr. JORGE TADEU DE CARVALHO OAB.56.329/RJ. Fez sustentação oral.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 116.946
ACÓRDÃO N° : 301-28.049
RECORRENTE : PETRÓLEO BRASILEIRO S/A. - PETROBRÁS.
RECORRIDA : ALF/AIRJ/RJ
RELATOR(A) : MOACYR ELOY DE MEDEIROS

RELATÓRIO

Pelo auto de infração de fls. 1 foi imposta à Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás/FRONAPE, a multa do art. 526, inciso II, Do Regulamento Aduaneiro, por não ter observado o prazo de 15 dias previsto na Portaria DECEX 08/91, com a redação da Portaria DECEX 15/91, para apresentação da Guia de Importação referente às mercadorias despachadas pela D.I. nº 16.233/93.

A empresa, em seu recurso tempestivo, alegou sem síntese:

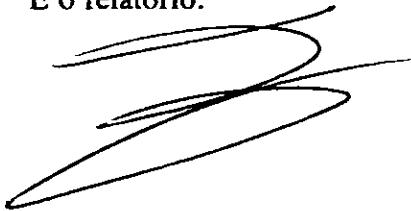
1. O dispositivo legal arguido, art. 526, inciso II, do Decreto nº 91.30/85, dispõe sobre infrações administrativas ao controle das importações, que sejam realizadas sem guia de importação ou documento equivalente, que implique a falta de depósito ou falta de pagamento de qualquer ônus financeiro ou cambial. Ora, a própria autoridade fiscal afirma na contestação que a GI foi apresentada após vencido o prazo; portanto, é descabido o precitado enquadramento legal.
 2. Não houve infringência aos dispositivos legais argüidos, e assim sendo, não há razão de aplicação de penalidades, pois a mencionada importação foi realizada sob o amparo da Portaria DECEX nº 15, de 09/08/91, segundo a qual, a operação pode ser feita sem apresentação prévia de GI.
 3. Cabe, também, ressaltar que a referida GI existe, o que torna a penalidade inaplicável, pois a mesma é relativa à inexistência de GI.
- Assim sendo, o ato fiscal fere o disposto no art. 10 - IV do Decreto nº 70.235/72, uma vez que o enquadramento da disposição legal infringida não corresponde a descrição do fato, pois, revisamos a GI existe.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 116.946
ACÓRDÃO Nº : 301-28.049

5. O entendimento da Recorrente fundamenta-se em decisões proferidas por esse Egrégio Conselho, como se verifica nos Acórdãos números 303-27.002, 303-27.012, 303-27.015, 303-27.017, 303-27.027, dentre outros.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 116.946
ACÓRDÃO N° : 301-28.049

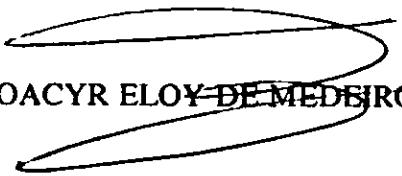
VOTO

No caso em tela, não foi suprimido o controle das importações no que se refere às mercadorias ingressadas no País. O órgão encarregado do controle da importação, concedeu a guia para as mercadorias que já haviam sido incorporadas à economia nacional. Não ficou, portanto, caracterizada a infração prevista no art. 526, II, do Regulamento Aduaneiro.

A irregularidade cometida foi a apresentação fora do prazo, ao órgão competente, de Guia de Importação emitida sob tal cláusula, o que configura a infração punível com a multa combinada no art. 526, inciso VII, do Regulamento Aduaneiro.

Isto posto, por considerar não ter se caracterizado a importação ao desamparo de guia, sendo, pois, inaplicável a multa do art. 526, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, dou provimento ao Recurso.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1996


MOACYR ELOY DE MEDEIROS - RELATOR